

ANDES denuncia proposta do governo para o ensino

Enquanto a Associação dos Dirigentes das Federais (ANDIFES) tem se manifestado cautelosamente com relação ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES) é bem mais enfático e crítico contra o que vem sendo anunciado como uma espécie de PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para a educação, que se baseia, entre outras coisas, em critérios de produtividade para a liberação de recursos. Para o ANDES, não há como negar que o monitoramento por parte do MEC, quanto ao cumprimento de metas, fortemente induzidas por acenos de verbas adicionais, materializam um processo de cooptação das estruturas gerenciais num contexto de intensa contenção de recursos, interferindo diretamente na autonomia das IFES.

O método utilizado para implementar diversas medidas também é criticado. Para o sindicato, está sendo utilizado um instrumento autoritário como o



Paulo Rizzo, preside o ANDES-SN, que critica plano para educação

ELIZÂNGELA ARAÚJO

decreto com a intenção de influir, de forma incisiva, na reformulação da estrutura acadêmica dos cursos de graduação universitária, num ato que poderá trazer reflexos graves para a sociedade, na medida em que altera substancialmente a configuração do processo de formação profissional.

Na visão do ANDES-SN, está explícita, tanto nesta nova versão do decreto quanto nos textos mais antigos acerca do projeto Universidade Nova, a tentativa de promover significativa expansão das vagas e das matrículas nas IFES, sem o correspondente financiamento, redundando no rebaixamento da qualidade acadêmica, na precarização crescente do trabalho docente e no desmonte generalizado da estrutura que deveria caracterizar a instituição universitária. Acrescenta ainda o texto analítico da diretoria sindical que, "ao contrário do propalado, a população das camadas populares não será favorecida com essas propostas".

na precarização crescente do trabalho docente e no desmonte generalizado da estrutura que deveria caracterizar a instituição universitária. Acrescenta ainda o texto analítico da diretoria sindical que, "ao contrário do propalado, a população das camadas populares não será favorecida com essas propostas".



Rogério Joaquim da Silva, 50, coordenador geral da ASSUFISM

"Eu sou frontalmente contra porque a greve é um direito do trabalhador. Aliás, a única arma que o trabalhador tem nos embates, em relação a defender seus direitos. Nós, da ASSUFISM, não entendemos o porquê dessa regulamentação.

Temos uma tradição no serviço público, que desde a época da repressão militar, os nossos movimentos são feitos independente de regulamentação. A nossa força está na nossa mobilização e acreditamos que para nós não interfere em nada. A nossa luta continuará independente de regulamentação ou não".

Ervandil Correa Costa, 65, professor do departamento de Defesa Fitossanitária



"Concordo plenamente. Eu acho que da forma que estamos hoje, sem um amparo legal, uma força que nos tutele nos aspecto de reivindicação de vários itens, entre eles, a questão salarial, é ruim. Acredito que o direito de greve tem que existir, deve ser legalizado, para que se o governo não der um aumento salarial, instauremos uma greve. Então, nós devemos ter um respaldo legal, sem medo de represália, de quem quer que seja. Hoje, o sistema, da forma que está, quando fazemos uma greve, dizem que vão cortar salário, causando um trauma, em que não há liberdade. Nós temos que ter alguma ferramenta".

Críticas pontuais

O ANDES enfatiza a necessidade de denunciar os seguintes pontos:

- O simulacro montado pelo MEC quando, mantendo a aparência de respeito à autonomia universitária, interfere na administração das IFES, cooptando suas estruturas gerenciais por meio do condicionamento da liberação de verbas adicionais ao cumprimento das metas de seu projeto de Universidade Nova;

- A estratégia utilizada pelo MEC de forçar a aprovação, em prazo insuficiente para a realização de debate do seu projeto na comunidade acadêmica e na sociedade, de um conjunto de metas cujos resultados, segundo a avaliação do ANDES-SN, serão profundamente danosos ao projeto de universidade pública de qualidade socialmente referenciada.

O ANDES-SN destaca, finalmente, que o projeto de Decreto, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais complementa o conjunto de medidas governamentais, inclusive aquelas que tramitam no âmbito do Parlamento, que configuram a Reforma Universitária.

Audiência com Haddad

O ANDES-SN enviou carta ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, solicitando uma audiência para apresentar as propostas aprovadas no 26º Congresso do Sindicato e a pauta de reivindicações dos professores. Na carta, o secretário-geral, professor Luiz Henrique Schuch, ressalta que a ação do sindicato desde a sua fundação tem dois focos destacados: "a construção de uma educação verdadeiramente pública e de alta relevância social e a defesa da categoria docente como sustentação insubstituível do sistema educacional do país".

ELES DISSERAM

"As polícias estão fazendo um excelente trabalho.

Todo governo respeita instituições fortes". (Yeda Crusius, governadora do RS, na cerimônia de balanço dos 100 dias da equipe do governo, na Zero Hora de 11.04.2007)

"Havia dias que ela queria me exonerar, mas não

sabia o que dizer para o povo". (Secretário de Segurança do RS, Enio Bacci, avaliando os motivos de sua demissão, no Correio do Povo de 11.04.2007)

Reitor da UFSM

A partir da polêmica estabelecida com projetos do governo Lula para as universidades, com ênfase para o "Universidade Nova", o **Jornal da SEDUFISM** enviou ao reitor da UFSM, Clovis Lima um pedido de avaliação sobre o tema. Confira a pergunta encaminhada e a resposta:

SEDUFISM - Na condição de dirigente da UFSM, qual a sua opinião sobre o projeto "Universidade Nova"? E, no seu entendimento, essa "análise-denúncia" feita pelo ANDES está correta?

Resposta Lima - "Não há dúvidas de que a estrutura atual da universidade brasileira precisa ser avaliada e urgentemente reformulada, especialmente para dar a universidade mais agilidade e transparência, livrando-a do peso de corporativismo e, não raro, de interesses que são externos aos seus objetivos históricos. Portanto, uma reforma desse tipo somente será proveitosa para a universidade e para a sociedade que a mantém na medida em que for resultado de um amplo processo de discussão que envolva todos os interessados. Creio, assim, que o projeto Universidade Nova, originado na Universidade Federal da Bahia, não pode ser um projeto imposto a todas as demais universidades brasileiras, e, muito menos, substituir a verdadeira e necessária Reforma Universitária. Nenhuma Política de Estado ou ação de governo pode ter êxito e contribuir para a consolidação da democracia brasileira se for uma imposição".